

Da indiferença e intolerância para a sensibilidade social

From indifference and intolerance to social sensibility

Roque Strieder*

Minha tese é que a insensibilidade ao sofrimento dos mais pobres, laboriosamente construída ao longo de cinco séculos, é o caldo de cultura para a corrupção. O desdém pela pobreza nos torna uma sociedade viciada.

Renato Janine Ribeiro

Resumo

A reflexão é uma contribuição para os que se aventuram no complexo tema proposto pelo seminário Educação, Tolerância, Racionalidade e Aceitabilidade do Outro. De caráter introdutório, levanta algumas questões acerca da relevância e intensa freqüentação atual da temática proposta. Considera que a complexa trama das relações humanas persiste convivendo por entre consensos e conflitos, de modo que a não-consideração dessa transmigração é iludir-se com o ser humano. Consideramos que é na intersecção do conflitivo e do consensual que reside a possibilidade da justiça, a possibilidade do amor, da convivência e do voltar-se para o bem comum, aceitando o outro como legítimo outro. Porém, não haverá aceitação do outro sem um sonho coletivo para criá-lo. A educação, como criadora desse sonho, deve catalisar imaginários significativos voltados ao reconhecimento do outro como

legítimo em suas diferenças. Fazê-lo é dizer não à indiferença e admitir que há gente na miséria e que dela só pode sair se alguém for procurá-la, trazê-la de novo, porque não tem mais energia própria nem consegue caminhar por si só. Ajudar alguém é não desejar condená-lo, não moralizar, ou apresentar propostas inalcançáveis. A saída, para um grande número de pessoas, não passa pelo legal, mas pelo rompimento com a indiferença, pela graça do amor, pois a pessoa está sentindo desamparo, medo, não má vontade.

Palavras-chave: educação, aceitação do outro e sensibilidade humana.

* Doutor em Educação pela Unimep/Piracicaba/SP e professor do Programa de Mestrado da Unoesp/SC. Atualmente é também pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão na Unoesp – Campus de São Miguel do Oeste. E-mail: strieder@unoesp.br

Considerações iniciais

Na justificativa do II Seminário Internacional sobre Filosofia e Educação, Racionalidade e Tolerância afirma-se que a vivência solidária, a tolerância e a aceitação do outro exigem o “reconhecimento da pluralidade das formas de vida”. A efetivação da sensibilidade social requer a “superação da imposição arrogante e autoritária da cultura e das formas de vida dos mais fortes”. Relações de patriarcalismo são predominantes na cultura ocidental e renovam constantes convites para o autoritarismo, o desrespeito e a indiferença. Com essas referências, o auto-respeito e o respeito mútuo transformam-se em retórica vazia. Indiferença, individualismo, (des)compasso religioso e intolerâncias, onde estão as raízes desses equívocos? Como transpor a prioritária concepção de defesa dos interesses pessoais?

É fato notório que a tolerância, ou melhor, a aceitação do outro não é, ainda, um desafio fundamental da humanidade. As tentativas de localizar o problema da indiferença e intolerância nas religiões, ou em qualquer outra variável única, é reducionismo. Inúmeras outras convicções e outras variáveis estão implicadas nessa complexa trama humana. Isso, no entanto, não exige as religiões nem mesmo a política ou a ciência de se dedicarem intensamente a desvendar as fontes primordiais geradoras de indiferença; podem e devem contribuir, pois isso reduz suas conseqüências e, antes disso, pode evitar a sua consecução.

No entanto, talvez muito antes da ciência, muito antes das religiões e/ou de outras convicções, o que levaria um ser humano a deixar de ser indiferente, intolerante e tolerante para aceitar o outro, considerado legítimo em sua diferença, em seu espaço vivencial?

A inclusão da sensibilidade social no itinerário educacional vai redefinir o futuro da humanidade. No âmbito da educação escolar, a sensibilidade social precisa tornar-se vivência pedagógica. Essa prática pode sinalizar para o esgotamento da competição predatória, do desrespeito à diversidade, biológica ou cultural, e da profunda ignorância do significado dos direitos humanos. Educar é, então, desenvolver condutas e capacidades de prestar atenção na alteridade construindo desejos de cuidado.

Indiferença

Um retrato doloroso da crise civilizatória é o crescente desenvolvimento da cultura da indiferença. Vivemos na desconfiança e dedicamos enorme esforço para dominar a natureza e o comportamento do outro. Nossa tendência para tolerar o outro encontra-se vinculada à expectativa de que eventualmente esse outro possa seguir o nosso caminho – considerado certo –, ou, então, de eliminá-lo porque está errado. Em nosso modo de vida, culturalmente consolidado, desejamos, durante o tempo todo, interferir e decidir pelo que é correto na vida dos outros, e, ao fazê-lo, confirmamos nosso propósito de controlar sua vida.

Diante disso, afirmamos que a maior pobreza e miséria humana não são a física e a material, mas, sim, a consumação anulativa de nossa capacidade de desejar afirmar a vida do outro como legítima e afirmá-la qualitativamente. Essa miséria humana nos concebe polarizando as divergências sociais em fundamentalismos que exigem a renovação constante de nossos campos de enfrentamento, realimentados pelo holocausto sangüinário das vítimas em nossas próprias fileiras.

É difícil entender o crescimento do sentimento da indiferença. A cultura de que nossos encontros acontecem de forma belicosa e de que as únicas alianças possíveis são as alianças ideológicas que dividem e agrupam os humanos em tribos, para, então, lançarem-se uns contra os outros, carrega o estigma de nossa cegueira intencional para o reconhecimento. Se as diferenças para com o outro indivíduo, para com o outro grupo, para com a outra tribo se tornam divergências culturais, o fosso da incompatibilidade não permite nem desejar revisão.

O ser humano apresenta uma complexidade organizacional criativa muito grande, fato visível nas diferenças culturais, sejam elas do Oriente ou do Ocidente. Porém, com a globalização ocorre uma homogeneização dentro do pensamento capitalista, predominando a desvalorização da vida do outro, enquanto vida significativa, para criar um ser humano – matéria-prima – (força de trabalho) desencantado para com a vida.

Nossa cultura é patriarcal. Nosso modo de viver diário se enraíza numa rede de conversações que valoriza a luta, a competição, a hierarquia, a apropriação e a justificação racional do direito de controlar e dominar o outro. Vivemos e tratamos nossos desacordos não como algo ocasional, mas como modo de viver cotidiano exigindo luta e negação. Maturana e Verden-Zöller afirmam:

Em nossa cultura patriarcal falamos de lutar contra pobreza e o abuso, quando queremos corrigir o que chamamos de injustiças sociais; ou de combater a contaminação, quando falamos de limpar o meio ambiente; ou de enfrentar a agressão da natureza, quando nos encontramos diante de um fenômeno natural que constitui para nós um desastre; enfim, vivemos como se todos os nossos atos requeressem o uso da força, e como se cada ocasião para agir fosse um desafio (2004, p. 37).

Adotando a luta como princípio mobilizador, fica mais fácil admitir a radicalidade na concepção hobbesiana de que os humanos se movem exclusivamente pela ótica do egoísmo, da luta e da competição. É um modo de vida que, ao tornar-se fonte e forma de relacionamento social entre os humanos, só pode mesmo provocar desavenças, desentendimentos, e estabelecer rigorosa diferença dentro da própria espécie *homo sapiens*. São esses pré-supostos que geram intolerâncias e acabam sustentando a cultura do narcisismo, pois o que caracteriza a subjetividade narcisista é a impossibilidade do admirar o outro em sua diferença radical, já que não consegue se descentrar de si mesmo (BERMANN, 1999).

Não são de estranhar as inúmeras dificuldades de se criar imaginários que incluam o outro. O desejo de incluir o outro em nosso imaginário e de vê-lo como um legítimo outro encontra-se encoberto por convenções culturais de muita profundidade e, por que não dizer, constrangedoras. Há questões de teor étnico, teor político, questões culturais, questões de gênero, questões religiosas que são de difícil deslocação. São questões discriminatórias e de profunda indiferença, por isso, de exclusão, não de inclusão. A precoce impregnação de formas autoritárias e de negação sobre o imaginário das crianças, por parte de convenções familiares, valores culturais e mesmo convenções da comunidade na qual vive, cria fortemente e de forma conservadora esse sentimento de viver na desconfiança e em permanente luta com o outro.

Esse cenário de luta é produzido e, ao mesmo tempo, produtor, segundo Morin (2005, p. 27-28), de “aumento da deterioração do tecido social em inúmeros campos; enfraquecimento, no espírito de cada um, do imperativo comunitário e da lei coletiva [...] hiperdesenvolvimento do princípio egocêntrico em detrimento do princípio altruísta; desarticulação do vínculo entre indivíduo, espécie e sociedade”.

Os valores e as opções tornadas possíveis com esse modo de viver na desconfiança, negação e apropriação, bem como as emoções que a ele se conectam, tornam-se muito fortes e, por isso, passíveis de reações de grande violência. A humanidade encontra-se dispersa numa diversidade de línguas

– uma espécie de Torre de Babel –, numa diversidade de usos e costumes, numa diversidade de culturas e tradições, de ritos alimentares e, mesmo, de vestuário. Todas essas fortalezas que nos distinguem nos fazem defender conservadora e, por vezes, radicalmente esses particulares das identidades subjetivas, mas não necessariamente voltadas para a espécie humana.

A força do individualismo

Baudrillard (1996) considera que a liquidação do outro é duplicada por uma síntese artificial da alteridade, cirurgia estética radical, na qual a do rosto e do corpo não é senão o sintoma, já que o crime somente é perfeito quando as próprias marcas da destruição do outro desapareceram. O autor reforça a existência da indiferença e da crise de valores no cenário relacional para com o outro: entramos na era da produção do outro. Não se trata de o matar, de o devorar, de o seduzir, de rivalizar com ele, de o amar ou odiar; trata-se, em primeiro lugar, de o produzir. Já não é um objeto de paixão, é um objeto de produção. Acaso o outro, na sua singularidade irreduzível, tornou-se perigoso e insuportável, sendo, por isso, melhor eliminá-lo?

Diante do avanço dos conhecimentos – genoma, clonagem, reprodução independente, manipulação genética – mudanças profundas e radicais passam a ser concebidas e valoradas. O conhecimento revela um ser humano sem limites, individualista, imediatis-

ta, materialista e consumista inveterado. Os resultados são desastrosos porque exigem o rompimento com Deus – o humano se autoproclama absoluto. Dissocia-se da natureza ficando incapaz e mesmo não desejando medir as conseqüências destrutivas de sua ação interventiva; torna-se desastroso nas relações para com o outro, rompendo com a alteridade, já que o outro é visto como um concorrente, estorvo para os interesses individualistas (ASSMANN; MO SUNG, 2000); leva ao extremo a crise existencial e acaba rompendo consigo mesmo, porque nega um tempo para si mesmo para repensar o próprio projeto de vida, os valores e os conceitos de vida e de ser gente.

Tendo-se tornado um consumidor inveterado, deseja comprar, possuir e consumir cada vez mais em nome do prazer. Prazer em consumir e consumir como prazer requerem um projeto de vida no qual o bem-estar se encontra vinculado ao consumo de prazer. Essa condição somente é possível rompendo com tradicionais valores religiosos e morais, tais como respeito, fidelidade e honestidade. Nesse cenário, autonomia equivale a individualismo; afirma-se a cultura da indiferença e cresce a necessidade de transformar pessoas, religião e valores em mercadorias – tudo se compra, se troca e se usa. Quando perde a utilidade ou quando não contempla mais como objeto de prazer, é descartado e jogado fora.

Esse processo cultural, iniciado na tenra infância e no seio familiar, reforçado na escola e pela mídia, convide as crianças para negar o outro

e fortalecer a cultura do “eu”, não do “nós”. As crianças crescem como indivíduos individualistas; aprendem a negar o outro e a transformá-lo em objeto a ser consumido. Nesse universo as relações interpessoais deixam de ser relações entre pessoas e passam a ser relações na ótica do mercado. O outro transformado em mercadoria tem sua validade enquanto aproveitável – utilitarismo – para, uma vez perdida essa utilidade, ser descartado. É como se, potencialmente, cada ser humano tivesse uma espécie de prazo de validade, uma data de vencimento.

Deixemos, sem adentrar mais profundamente nas implicações filosóficas, antropológicas e teológicas, que Morin nos ajude:

O “Eu” é o ato de ocupação de um espaço que se torna centro do mundo [...] há um princípio de identidade, que pode ser resumido na fórmula: “eu” sou eu. “Eu” é o ato de ocupação do espaço egocêntrico; “eu” é o princípio que permite estabelecer, a um só tempo, a diferença entre o “Eu” (subjetivo) e o “eu” (subjetivo objetivado), e sua indissolúvel identidade (2000, p. 120).

Segundo Neumann (2004),

o que vimos na crise de valores humanos da pós-modernidade é a negação da alteridade, para justificar a afirmação do indivíduo e do mercado descartável [...]. Negar a alteridade significa, na verdade, negar o outro em mim. Significa arrancar o outro dentro de mim. A partir desse momento o outro deixa de ser sujeito para mim e passa a ser objeto.

O ser humano individualizado encontra-se cada vez mais despedido de referências exteriores; sem referên-

cias, fica fragilizado e torna-se vítima de um rol de ansiedades, de depressões e medos – medo da guerra, medo dos desastres ecológicos, medo da aids, medo da tecnologia, medo do desemprego, enfim, medo do futuro. A vida de cada um tende a ser uma vida sem rumo, sem projetos e sem propósitos.

No cenário globalizado é falsa a premissa liberal de que toda pessoa tem liberdade de escolha para sentir-se bem ou mal. Tem gente que está na miséria e que só pode sair dela se alguém for procurá-la, trazê-la de novo, porque não tem mais energia própria nem consegue caminhar por si só. Para ajudar alguém é preciso não desejar condená-lo, não moralizar, ou apresentar propostas in-alcansáveis. A saída para esse grande número de pessoas não passa pelo legal, mas pelo rompimento com a indiferença, pela graça do amor, pois a pessoa está sentindo desamparo, medo, não má vontade.

(Des)compasso religioso

A intolerância e a tolerância ou a aceitação do outro como legítimo outro precisam ser olhadas na ótica das religiões. No mundo predominam conflitos de origens culturais, religiosos e étnicos; são conflitos solidamente legitimados como conflitos políticos, mas enraizados em diferenças religiosas e diferenças culturais. É notável que em grande parte da conhecida história humana os grandes conflitos têm origem religiosa, como o comprovam as Cruzadas, a Inquisição, a Guerra

Santa, entre outras. Se Roma e o Vaticano fazem inúmeras declarações de arrependimento, essas servem para confirmar a cumplicidade na execução de crimes cometidos contra a humanidade e considerados imprescritíveis.

As religiões, talvez com raríssimas exceções, nunca instigaram o universalismo quanto ao reconhecimento e à legitimidade das diferenças. No “amar ao próximo como a si mesmo” está incluso que o próximo é a pessoa do grupo. Foi essa ótica que serviu aos israelitas, mas eles não a estenderam aos pagãos. A história religiosa do mundo cristão está repleta de fatos que comprovam a sua tribalização grupal com valores cultuados em extensão limitada.

Após a Guerra Fria – conflito entre capitalismo e socialismo –, a maior parte dos conflitos ocorridos e que ocorrem no mundo tem origem religiosa. Nesses conflitos, a religião passa a ser invocada como elemento essencial de identidade cultural. Basta pensar os massacres que ocorrem na África, que ocorreram e ocorrem na Irlanda, no Timor Leste, no Afeganistão, no Iraque, entre árabes e judeus. O tribalismo continua presente de forma sanguinária nas guerras religiosas na Irlanda e nos conflitos contra os muçulmanos e outros grupos de minorias étnicas. Está presente no cristianismo, no judaísmo, no budismo, no islamismo, no taoísmo, entre outras. Infelizmente, no decorrer da evolução, os cenários religiosos prioritariamente voltados para o comunitário passaram a pagar um alto preço. Atualmente,

as religiões são ainda fontes de fragmentação, de discórdia e servem muitas vezes de combustível para acirrar conflitos. Seus resultados, diante de discursos do tipo “é preciso reunir”, alcançam resultados efêmeros.

Há um ilusório sentido religioso que se constitui numa realidade dramática efetivamente preparada para esmagar pessoas e sociedades. Então, nesse conturbado contexto mundial de embates sanguinolentos, com base em conflitos culturais e, particularmente, em conflitos religiosos, será possível ou tem ainda algum sentido sonhar uma cultura de não-indiferença e de não-intolerância? Talvez a pergunta pudesse ser ainda mais perturbadora: será ainda possível perceber nas religiões compromissos para com a criação da paz, da bondade e da aceitação de outros como legítimos outros?

A esperança, quem sabe, esteja na própria religião. Uma religião voltada para sua função essencial: almejar a sociabilidade entre a humanidade, conjugando o reunir, o juntar, o criar confiança; apaziguar as manifestações hostis; reencontrar aqueles que se regozijam diante da morte. A religião precisa reencontrar-se com os fundamentos que lhe foram caros quando instituídas; a religião inspira-se em comunhão, portanto, em ações que estimulam a bondade, o bem-comum e a aceitabilidade do outro. Religião é, acima de tudo, confiança na palavra de um outro. Trabalhar em favor da paz, em favor do reconhecimento do outro, encontra assento em indistintas formas religiosas.

Intolerância

A intolerância é um problema profundo e complexo. É bem provável que tenha raízes biológicas (LORENZ, 2001), já que se manifesta também entre os animais, nos aspectos da territorialidade. A intolerância baseia-se em relações emotivas superficiais e está presente em situações por vezes simples, impedindo suportar os diferentes porque têm pele de cor diferente, falam uma língua diferente, porque comem rãs, porcos, alho, ou porque fazem tatuagem.

A intolerância apóia-se em pulsões selvagens e, diante dela, toda e qualquer teoria torna-se inútil. Uma afirmação de Umberto Eco (1998, p. 117) evidencia a força e a dificuldade de se lidar com a intolerância: “Os intelectuais não podem lutar contra a intolerância selvagem, porque diante da animalidade pura, sem pensamento, o pensamento fica desarmado. E é sempre tarde demais quando decidem bater-se contra a intolerância doutrinária, pois quando a intolerância faz-se doutrina é muito tarde para vencê-la, e aqueles que deveriam fazê-lo tornam-se suas primeiras vítimas.”

A intolerância é sempre em relação aos valores. Mas, se grupos humanos têm valores diversos, não temos de respeitá-los? Quais valores prevalecem? Os dos vencedores? O que nos permite intervir na vida de alguém? Devemos intervir quando o que acontece vai contra os nossos princípios éticos? Será que temos o direito de intervir num país onde se pratica o cani-

balismo como ritual e prática religiosa há milhares de anos, porque para nós é inaceitável? Que fundamento sustentaria a nossa intervenção? Talvez, por mais que se tenha de respeitar as opiniões, os usos e costumes, as práticas e as crenças alheias, algo nos parece intolerável.

No entanto, o que é que efetivamente concebemos como intolerável? Não consideramos ser intolerável, por exemplo, a fome, mas, mesmo assim, permitimos os seus absurdos, como anunciou a manchete de primeira página do jornal mexicano *La Jornada*, em 8 de dezembro de 2004: “1 bilhão e 400 milhões não ganham nem dois dólares diários”. O jornal a *Folha de São Paulo*, em manchete do dia 9 de dezembro de 2004, anunciava: “Fome mata 01 criança a cada 05 segundos”.¹ Hartwig de Haen, diretor-geral-adjunto da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, no mesmo relatório, afirmou:

O mundo está se tornando cada vez mais rico e produzindo cada vez mais comida. O problema é o acesso das pessoas a trabalho, recursos, terra e dinheiro para comprar comida. É possível que a comunidade internacional não tenha compreendido totalmente os benefícios econômicos que teriam com investimentos na redução da fome. Já se sabe o suficiente sobre como erradicar a fome e agora é hora de aproveitar o momento para esse objetivo. *É uma questão de vontade política e de prioridade* (grifos meus).

O relatório, sem dúvida, é uma demonstração de que de alguma forma toleramos não somente a fome, mas a prostituição infantil, os genocídios;

toleramos as guerras, a violência contra a mulher; toleramos a corrupção política, entre tantos outros. O atual contexto mundial distancia a epifania do intolerável. É doloroso ter de admitir que, diariamente, talentos e energia continuam sendo canalizados para modos e meios deliberados, para aumentar ainda mais o sofrimento de contingentes humanos. Todavia, ainda que espante, tudo isso é feito em nome da eficiência e da competência competitiva e produtiva, privilegiando em absoluto a economia de mercado. Com o argumento de que livre a iniciativa é um direito, geramos miséria ao nosso redor, movidos pelo desejo de enriquecimento ilimitado pela apropriação a qualquer custo. De outro lado, é estarecedora a predisposição para tolerar a continuidade dos dispositivos e instrumentalizações, evidentemente destruindo as possibilidades de bem-estar humano.

Não resta dúvida de que a capacidade solidária de definir o intolerável é ainda algo muito distante. Nossas regras condutuais, nossa vivência ética, nossas dimensões de valores dão a entender que ainda não estamos prontos para assumir de forma solidária a responsabilidade diante do decidido como intolerável. Mais uma vez Umberto Eco contribui pela ousadia e também pelo desafio que lança à educação diante da tentação das soluções fáceis e inequívocas:

Educar para a intolerância adultos que atiram uns contra os outros por motivos étnicos e religiosos é tempo perdido. Tarde demais. A intolerância selvagem

deve ser, portanto, combatida em suas raízes, através de uma educação constante que tenha início na mais tenra infância, antes que possa ser escrita em um livro, e antes que se torne uma casca comportamental espessa e dura demais (1998, p. 117).

Continuamos convivendo com ferozes oposições entre convenções sociais, que mudam de cultura em cultura. A educação e a construção de conhecimentos precisa apoiar-se nos pré-supostos da investigação para que possamos, enquanto proposta de convivência, conhecer, entender e distinguir o que existe de contingente em nossos imaginários, em nossos mitos e em nossas tradições culturais; reconhecer aqueles sentimentos e sensibilidades que efetivamente nos constituem como espécie humana. Em outras palavras, é necessário perguntar e compreender quais e por que determinados dispositivos relacionais devem ser mantidos e até universalizados. Refletir amplamente sobre essa questão pode ser uma fonte-guia para os esforços na construção de concepções que ultrapassem os imaginários do individualismo e/ou de comunidades culturais e que abram fronteiras para o estabelecimento da sensibilidade para o outro.

Certamente, um desafio enorme para a sociedade humana, que requer ampla comunicação e conhecimento para sensibilizar os pertencentes a origens culturais distintas, é a possibilidade de estabelecer consensos e, com base neles, desenvolver ações consensuais, as quais podem se voltar ao bem-

estar dos outros; ações fundamentadas na justiça distribuída de forma igual para todos, gerando a cooperação social como prática vivencial aceitável para as sociedades amplas e complexas. São essas implicações mais uma vez complexas, pois importam a questão da reciprocidade e do respeito em relação ao estabelecido, condicionando a que o outro faça a sua parte.

Ensonhando sensibilidade humana

Educar também significa firmar vivências para a aceitação do outro – alteridade – ampliando desejos de bem-viver. No decorrer da consolidação desse desejo, os sonhos propõem projetos de vida para os quais as ações devem convergir. Educar é tornar evidente no imaginário de cada criança, de cada jovem, de cada educador a perspectiva positiva de afirmar-se como um novo ser.

Educar é recomençar. Esse re-començo, re-conceituado e re-invenção do significado de bem viver, torna-se mais relevante se reconhecermos que nos vastos bolsões da miséria as vidas humanas, sendo desvividas, intensificam-se assustadoramente. Milhões de vidas humanas clamam por ambiências de aceitação mais dignas, reciprocidade afetiva e vivências concretas da não-diferença e da não-exclusão. De forma radical, é preciso perceber que nem tudo, na complexa organização da vida humana, se reduz ao confronto e ao desejo competitivo. A aceitação do

outro como legítimo outro, tornando possível uma ecologia de convivência, requer a superação de que

cada desacordo é vivido como uma ameaça, que tem de ser encarada por meio da guerra e da negação dos outros; ou na qual cada dificuldade é vivida como um problema que tem de ser resolvido pela luta, e na qual cada oportunidade para uma nova ação aparece como um desafio que tem de ser vivido como um confronto (MATURANA; VERDEN-ZÖLLER, 2004, p. 100).

Os reflexos do agir pela luta são desastrosos para a humanidade. Nas escolas a confusão estabelecida é grande porque educadores e alunos se sentem perdidos e não sabem o que fazer. São vítimas do mesmo processo, estão reféns da cultura do enfrentamento e têm de responder favoravelmente ao que é solicitado. Por isso assistimos todos os dias ao pedido de socorro dos alunos para serem salvos deles mesmos, porque já não conseguem dar conta do que a vida lhes oferece.

Podemos criar em nossas vidas um mundo de interações que permita uma disposição estrutural, que aceite o outro na convivência. Para fazê-lo é necessário inventar procedimentos e condutas para que a aceitação seja possível. Se, no espaço das relações, não existir a interação da aceitação para formar um espaço de convivência, vai haver predação e o outro será negado.

A esperança, no contexto dos impasses, está na não-neutralização da mutilação ideológica e na não-aposta de que a perspectiva acolhedora e as alianças já estejam extintas. Requer-

se uma profunda revisão do rol de concepções antropológicas e éticas que ratificam ser nossa agressividade puramente instintiva. Isso implica a criação de aberturas e de possibilidades para a retomada de atividades significativas rumo a éticas de qualidade de vida e a metas de solidariedade. Uma das portas para a compreensão, aceitação e reciprocidade entre os humanos está na sensibilidade. Só no momento em que o “eu” for sensível para com a dor e o sofrimento do próximo (estendendo-se a todos os seres vivos), seremos capazes de não causá-la, mas de combatê-la.

Vozes ecoam desejando apostar em vivências onde os valores e a ética humana se tornem efetivos. A linda canção da Marvin Gave “Save the children – Salvem as crianças” traz um pouco dessa denúncia, mas, ao mesmo tempo, é um manifesto de sensibilidade e convite chamativo para multiplicar a solidariedade. Sua pergunta expressa uma angústia da alma humana desamparada. Diz Marvin: “I just want to ask a question: – Wo really cares? Eu só quero fazer uma pergunta: – Quem é que realmente se importa?”

Então, e de forma profunda, como comprometer os humanos para que recriem seus impulsos de solidariedade com base na cooperação e no respeito mútuo para com todos os seres humanos? Como conjugar esses impulsos com perspectivas esperançosas acerca da melhoria qualitativa de vida? Em que mundo desejamos efetivamente viver para que a convivência para com os outros seja possí-

vel? Maturana (1999, p. 30) responde: “Vivamos nosso educar de modo que a criança aprenda a aceitar-se e a respeitar-se, ao ser aceita e respeitada em seu ser, porque assim aprenderá a aceitar e a respeitar os outros.”

O convite é para refletir sobre como educar nossos filhos e filhas para que possam superar a alienação, a obediência deslumbrada, a retórica vazia, e manter o auto-respeito, que é o fundamento do respeito pelos outros e pelo mundo; não a reciprocidade, mas a gratuidade que torna possível o ser humano. A gratuidade implica a opção fundamental pelo outro como centro de tudo, inclusive de sua própria vida. Na gratuidade a alteridade constitui a subjetividade. Significa dizer que é o outro que permite o meu ser; então, o outro existe em mim, como eu existo no outro. Nesse cenário, não apenas a tolerância, mas, acima de tudo, a aceitação do outro passa a ser esteio da convivência e torna possível a sensibilidade social.

A opção pelo outro possibilita vida de qualidade para todos. Educar é também repensar o nosso conceito de vida e de vivências e, em contrapartida, modificar nossa postura como seres humanos. Optar pelo outro é optar pela vida, porque a vida, de certo modo, já optou, preferindo-se ao nada. Ao preferir-se ao nada, a vida aprecia-se, a vida aprova-se; ela projetou um existir incubando vontade de viver. Existe esforço para viver, existe desejo para viver. Vida é o conjunto de forças que resistem à morte. Vida vivida enquanto se está vivo.

Então, a vida e o ser humano precisam de aceitação; precisam de respeito ao diferente, respeito às várias tonalidades e aos diferentes corações (BOFF, 1999; ECCO, 1998; STRIEDER e WATTE, 2003; SAVATER, 2005; MORIN, 2005).

Abstract

Reflection is a contribution for the one that takes adventure into the complex theme proposed by the seminar of Education, Tolerance, Rationality and Acceptability of the Other One. From an introductory feature, it raises some issues about the relevance and intense current frequency of the proposed theme. It considers that the complex plot of human relationships persists living between consensuses and conflicts, so that the non-consideration of this transmigration is to get deluded with the human being. We think that it is in the intersection of the conflictive and the consensual that there is the possibility of justice, the possibility of love, of conviviality and of turning to the common well being, by accepting the other one as a legitimate other one. However, there will be no acceptance of the other one without a collective dream to create it. Education, as the creator of this dream, must catalyze meaningful imaginations turned to the recognition of the other one as legitimate in his/her differences. Doing it means to say no to indifference and to admit that there are people in misery and that they can only get out of there if some-

body looks for them, brings them out again, because they do not have their own energy and are not able to walk by themselves. Helping somebody means not to condemn them, not to moralize or to present unreachable proposals. The way out, to a lot of people, does not go through legality, but through the break-away from indifference, through the grace of love because those people feel helplessness, fear, and not ill will.

Key-words: education, acceptance of the other one, human sociability

Referências

ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

BAUDRILLARD, Jean A *cirurgia da alteridade: o crime perfeito*. Lisboa: Relógio d'Água, 1996.

BERMANN, Joel. *Mal estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 3. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.

ECO, Umberto. *Cinco escritos morais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

LORENZ, Konrad. *A agressão: uma história natural do mal*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma e reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Método 6: ética*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

NEUMANN, Laurício. *Alteridade*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 19 jul. 2004.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athena, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. As bases sociais para a honestidade. *Folha de S. Paulo*, 2 jul. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0207200509.htm>. Acesso em: 2 jul. 2005.

SAVATER, Fernando. *Os dez mandamentos para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

STRIEDER, Roque; WATT, Cleidiana. *A simbiogênese como pré-suposto de uma educação para a humanização*. SMOeste/SC: Unoesc, 2003. (Relatório de Pesquisa)

Notas

- ¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0912200410.htm>. A reportagem ainda destaca que a população com fome hoje no mundo é de 152 milhões, com base em dados de 2000-2002, um aumento de 18 milhões em comparação com o período de 1990-1992. Segundo o relatório intitulado “Estado da insegurança alimentar no mundo 2004” (SOFI, na sigla em inglês), estima-se que fome e desnutrição custem de US\$ 500 milhões e US\$ 1 trilhão, incluindo nesse cálculo custos como perda de produtividade, renda, investimento e consumo. Acesso em: 9 dez. 2004.